

Pensamento de Milton Friedman na Era da IA



Produzido por:

Vítor Lima

Partner na Crivosoft, Lda

Coordenador do MBA em Marketing Digital e eCommerce, no
ISLA Santarém - Instituto Politécnico



Introdução

A revolução tecnológica impulsionada pela inteligência artificial (IA) está a transformar profundamente as estruturas económicas e sociais, desafiando princípios fundamentais que sustentaram a política económica nas últimas décadas.

Entre esses princípios, as ideias de Milton Friedman (1912–2006) – particularmente o monetarismo e a defesa da economia de livre mercado – tiveram um impacto significativo no desenho das políticas macroeconómicas globais desde meados do século XX.

Friedman argumentava que a estabilidade monetária deveria ser o principal foco da política económica e que a intervenção estatal na economia deveria ser mínima, confiando na capacidade autorregulatória dos mercados para promover eficiência e crescimento sustentável (Friedman, 1968; Friedman & Schwartz, 1963).

No entanto, as transformações trazidas pela IA desafiam estas premissas, levantando questões sobre a eficácia do monetarismo e a viabilidade de mercados inteiramente livres num cenário económico cada vez mais dominado por algoritmos, automatização e novas formas de concentração de poder económico.

A ascensão da IA e da automatização de processos produtivos gerou debates sobre o futuro do emprego, a desigualdade económica e a estabilidade financeira (Brynjolfsson & McAfee, 2014; Acemoglu & Restrepo, 2020).

Num mundo onde a automatização substitui trabalhadores em larga escala e a riqueza se concentra num número cada vez menor de empresas e indivíduos, o argumento de Friedman contra políticas redistributivas e pela minimização do Estado enfrenta novos desafios.

O livre mercado, que Friedman defendia como o mecanismo ideal para alocação eficiente de recursos, parece, paradoxalmente, estar a gerar externalidades negativas significativas, como monopólios tecnológicos, falhas na concorrência e desequilíbrios sociais (Zuboff, 2019; Stiglitz, 2012).

Além disso, a crescente digitalização da moeda e a emergência de criptomoedas questionam a própria eficácia das políticas monetárias tradicionais, baseadas no controlo da oferta de dinheiro pelo banco central (Carstens, 2021).

Diante destas questões, este ensaio procura avaliar a validade das teorias de Friedman na era da inteligência artificial, analisando se o monetarismo ainda é um paradigma adequado para a formulação de políticas macroeconómicas e se a economia de livre mercado pode continuar a operar de forma eficiente sem novas formas de regulação.

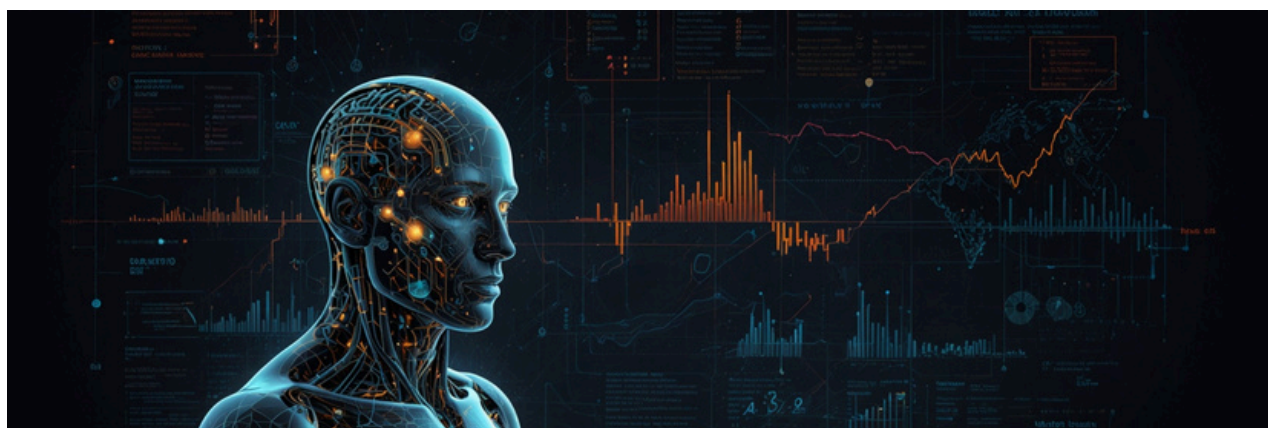
Para isso, serão examinados os principais conceitos do pensamento de Friedman, as mudanças económicas impulsionadas pela IA e os desafios contemporâneos que estas tecnologias impõem ao funcionamento dos mercados.

A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica de estudos clássicos e recentes sobre política monetária, economia digital e regulação de mercados, além de uma análise crítica das políticas económicas contemporâneas à luz das ideias de Friedman.

Este ensaio está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta os fundamentos do pensamento de Friedman, destacando as suas principais contribuições e críticas.

O segundo capítulo discute as mudanças estruturais na economia global causadas pela IA, incluindo os seus impactos no trabalho, na concorrência e na estabilidade financeira.

O terceiro capítulo avalia a relevância do monetarismo diante das novas dinâmicas tecnológicas, enquanto o quarto examina as implicações da IA para os mercados livres e a concorrência.



A primeira revisita os fundamentos da síntese neoclássica e da matematização da economia promovida por Paul Samuelson, destacando os seus impactos e limitações.

A segunda analisa os desafios impostos pela inteligência artificial, abordando temas como economia computacional, racionalidade algorítmica e a viabilidade dos modelos de equilíbrio geral.

Por fim, a terceira parte reflete sobre o futuro da economia na era da IA, investigando se a estrutura teórica samuelsoniana pode ser reformulada ou se será gradualmente substituída por novos paradigmas baseados em machine learning e modelagem adaptativa.

Em última instância, este ensaio procura responder a uma questão central: as contribuições de Paul Samuelson ainda são válidas para a economia do século XXI, ou a ascensão da inteligência artificial representa um ponto de rutura epistemológica?

Para tanto, será utilizada uma abordagem interdisciplinar que combina economia, sociologia e ciência da computação, proporcionando uma análise profunda e crítica sobre um dos debates mais relevantes da atualidade.

O quinto capítulo analisa as consequências políticas e económicas destas transformações e discute possíveis adaptações ao liberalismo económico na era digital.

Por fim, a conclusão sintetiza os principais argumentos e propõe reflexões sobre o futuro das políticas económicas no contexto da IA.

Ao explorar estas questões, o ensaio visa contribuir para o debate sobre o papel do Estado e do mercado na era digital, questionando até que ponto as ideias de Friedman ainda oferecem um guia válido para a formulação de políticas económicas no século XXI.



Capítulo 1: Fundamentos do Pensamento de Milton Friedman

Milton Friedman (1912–2006) foi um dos economistas mais influentes do século XX, sendo uma das figuras centrais da Escola de Chicago e um dos principais defensores do liberalismo económico.

As suas contribuições tiveram impacto profundo nas políticas económicas de diversos países, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde as suas ideias inspiraram as administrações de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respetivamente.

Entre as suas principais teorias, destacam-se o monetarismo, que enfatiza a importância do controlo da oferta de moeda na estabilidade económica, e a defesa de um mercado livre, minimamente regulado, como meio ideal para garantir crescimento económico e eficiência alocativa.

Este capítulo explorará estas duas vertentes do pensamento de Friedman, analisando as suas principais proposições e o impacto que tiveram na formulação de políticas económicas.

1.1 O Monetarismo: Conceitos-Chave e Impacto Histórico

O monetarismo, uma das contribuições centrais de Friedman para a macroeconomia, parte da premissa de que a quantidade de dinheiro em circulação é o principal determinante do nível de preços e da atividade económica no longo prazo (Friedman, 1968).

Esta visão contrasta com o keynesianismo, dominante até os anos 1970, que enfatizava o papel da procura agregada e da política fiscal no estímulo à economia.

A base do monetarismo está na famosa equação da troca, formulada por Irving Fisher e reformulada por Friedman:

$$MV = PQ$$

onde:

M é a oferta de moeda,

V é a velocidade de circulação da moeda,

P é o nível de preços,

Q é o produto real da economia.

Friedman argumentava que, no longo prazo, é relativamente estável e cresce a uma taxa previsível determinada por fatores reais, como tecnologia e crescimento populacional.

Assim, um aumento excessivo na oferta monetária (M) levaria inevitavelmente a uma elevação no nível de preços (P), ou seja, à inflação (Friedman, 1970).

Desta forma, ele criticava a política fiscal expansionista dos keynesianos, alegando que tentativas de estimular a economia por meio do gasto público levariam apenas a mais inflação, sem efeitos positivos sustentáveis sobre o emprego ou o crescimento.

O monetarismo teve grande impacto na formulação de políticas económicas, especialmente a partir da década de 1970, quando o mundo enfrentava estagflação (combinação de alta inflação e baixo crescimento), algo que as teorias keynesianas não conseguiam explicar.



O Federal Reserve, sob Paul Volcker, adotou políticas monetaristas para controlar a inflação nos EUA na década de 1980, elevando as taxas de juros e restringindo a oferta de moeda, o que, apesar de ter causado uma recessão inicial, conseguiu estabilizar os preços no longo prazo (Taylor, 1997).

Contudo, críticos argumentam que a relação entre a oferta monetária e o nível de preços nem sempre é direta, especialmente num contexto moderno de inovação financeira e novas formas de criação de liquidez, como os ativos digitais (Bernanke, 2002).

Além disso, a crise de 2008 revelou que, em certas circunstâncias, políticas monetárias expansionistas não geram necessariamente inflação, desafiando o rigor da visão monetarista tradicional.



1.2 A Defesa da Economia de Livre Mercado

Outra grande contribuição de Friedman foi a sua defesa enfática do livre mercado como o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos.

Inspirado pelas ideias de Adam Smith e Friedrich Hayek, Friedman argumentava que mercados competitivos tendem a autorregular-se e que intervenções estatais frequentemente resultam em distorções e ineficiências (Friedman, 1962).

Na sua obra “Capitalism and Freedom” (1962), Friedman defendeu que:

1. A intervenção do governo na economia deve ser mínima, limitando-se à garantia da propriedade privada, à aplicação de contratos e à defesa contra fraudes e coerção;
2. Políticas de controlo de preços, subsídios e regulamentações excessivas distorcem os sinais do mercado, levando a ineficiências;
3. A livre concorrência gera inovação e eficiência, beneficiando os consumidores por meio de preços mais baixos e maior variedade de produtos.

O impacto das ideias de Friedman foi evidente nas políticas de desregulamentação e privatização adotadas em diversos países nos anos 1980 e 1990.

No Reino Unido, Margaret Thatcher utilizou princípios do livre mercado para reduzir o tamanho do Estado, privatizando indústrias estatais e enfraquecendo sindicatos.

Nos EUA, a administração Reagan seguiu um caminho semelhante, reduzindo impostos e promovendo uma menor intervenção governamental nos mercados.

Entretanto, críticos apontam que a lógica da autorregulação dos mercados nem sempre se sustenta.

Joseph Stiglitz (2012) argumenta que os mercados podem falhar em distribuir eficientemente os recursos quando há externalidades (como poluição ambiental), informação assimétrica (quando uma parte do mercado tem mais informações do que outra, como no setor financeiro) ou poder de monopólio.

Além disso, a crise financeira de 2008 demonstrou que mercados desregulados podem levar a instabilidades sistêmicas, uma vez que as instituições financeiras assumiram riscos excessivos sem regulação adequada (Rajan, 2010).

1.3 Principais Críticas às Ideias de Friedman

Apesar do impacto significativo do monetarismo e da defesa do livre mercado, as ideias de Friedman enfrentam críticas substanciais, especialmente diante das novas dinâmicas económicas da era digital.

As principais críticas incluem:

1. Rigidez do Monetarismo: O argumento de que a inflação é sempre um fenómeno monetário (Friedman, 1968) tem sido questionado. A experiência recente demonstra que aumentos na oferta de moeda nem sempre levam a inflação, como visto no pós-2008 e no período pós-pandemia de COVID-19, onde as políticas monetárias ultraexpansionistas não geraram imediatamente alta inflacionária;

2. Falhas de Mercado e Regulação: Friedman assumia que mercados livres levam a uma alocação eficiente de recursos, mas grandes plataformas tecnológicas como a Google, a Amazon e o Facebook demonstram que os mercados digitais tendem à concentração de poder económico, criando novos desafios à concorrência. Zuboff (2019) argumenta que a economia digital gerou uma nova forma de capitalismo – o capitalismo de vigilância – onde os dados pessoais são explorados sem regulação adequada, algo que Friedman não previu;

3. Desigualdade e Papel do Estado: Friedman rejeitava políticas redistributivas, defendendo um imposto de rendimento negativo como alternativa ao welfare state (Friedman, 1962). No entanto, a crescente desigualdade nos países desenvolvidos sugere que o Estado pode ter um papel mais ativo na redistribuição de riqueza, especialmente num cenário onde a automatização ameaça eliminar milhões de empregos (Acemoglu & Restrepo, 2020).

Conclusão do Capítulo 1: Fundamentos do Pensamento de Milton Friedman

O pensamento de Milton Friedman moldou profundamente as políticas económicas contemporâneas, defendendo um modelo onde a oferta monetária é o principal instrumento da política macroeconómica e onde o livre mercado deve operar com mínima intervenção estatal.

No entanto, à medida que a economia evolui e enfrenta desafios inéditos – como a digitalização do dinheiro, a automatização do trabalho e o crescimento de monopólios tecnológicos –, as suas ideias são cada vez mais questionadas.

Nos próximos capítulos, exploraremos até que ponto os conceitos monetaristas e de livre mercado permanecem válidos na era da inteligência artificial e que adaptações podem ser necessárias para enfrentar os desafios do século XXI.

Capítulo 2: Transformações Económicas na Era da Inteligência Artificial

A ascensão da inteligência artificial (IA) representa uma das transformações económicas mais significativas da história recente, alterando profundamente a estrutura dos mercados, a dinâmica do trabalho e os fundamentos da macroeconomia.

Esta revolução tecnológica levanta questões fundamentais sobre a aplicabilidade das teorias económicas tradicionais, incluindo as defendidas por Milton Friedman.

Enquanto o monetarismo e a economia de livre mercado pressupõem uma estrutura relativamente estável de oferta monetária, emprego e concorrência, a IA introduz novas variáveis que desafiam estas premissas.

Este capítulo examina três áreas principais de impacto da IA: a reconfiguração dos mercados e do trabalho, a concentração de poder económico e os desafios impostos à estabilidade financeira.



2.1 IA, Automatização e Mudanças Estruturais nos Mercados

A inteligência artificial tem reconfigurado profundamente os mercados ao automatizar processos produtivos, financeiros e administrativos numa escala sem precedentes.

De acordo com Brynjolfsson & McAfee (2014), a IA representa a “segunda era das máquinas”, substituindo não só o trabalho físico, como ocorreu na Revolução Industrial, mas também tarefas cognitivas complexas, incluindo análise de dados, previsão económica e tomada de decisões estratégicas.

Essa automatização gera ganhos de produtividade e redução de custos, mas também impõe desafios significativos ao modelo de livre mercado defendido por Friedman.

Tradicionalmente, o liberalismo económico pressupõe um equilíbrio competitivo em que as empresas concorrem livremente e os trabalhadores se ajustam ao mercado conforme as forças da oferta e da procura.

No entanto, a IA tem deslocado empregos em setores inteiros, gerando desemprego estrutural e alterando o próprio conceito de trabalho remunerado (Acemoglu & Restrepo, 2020).

Além disso, a natureza dos mercados digitais impulsionados pela IA tende a criar efeitos de rede, onde as plataformas que atingem uma massa crítica de utilizadores dominam os seus setores, limitando a concorrência.

Exemplos incluem a Google e o Facebook, que controlam vastos ecossistemas de dados e publicidade, e a Amazon, que centraliza o comércio digital global (Zuboff, 2019).

Estas tendências desafiam a ideia de Friedman de que mercados competitivos se autorregulam naturalmente, pois as empresas que operam com IA possuem vantagens significativas sobre novas entrantes, criando um ambiente oligopolista.

2.2 A Reconfiguração do Trabalho e os Desafios do Desemprego Tecnológico

A teoria económica clássica, incluindo o pensamento de Friedman, pressupõe que avanços tecnológicos criam novos empregos à medida que substituem funções antigas, um fenómeno conhecido como destruição criativa, conforme descrito por Schumpeter (1942).

No entanto, a IA difere de revoluções tecnológicas anteriores ao automatizar ocupações de alta qualificação, tornando mais difícil a reabsorção dos trabalhadores em novas atividades.

Acemoglu & Restrepo (2020) argumentam que a automatização baseada em IA pode levar ao que chamam de efeito de deslocamento, no qual o crescimento da produtividade não se traduz necessariamente em maior criação de empregos, mas sim na redução da participação da força de trabalho no rendimento nacional.

Este fenómeno contraria a expectativa de Friedman de que a redução da intervenção estatal e a livre concorrência levariam ao pleno emprego.

Além disso, as soluções propostas por Friedman para o problema do desemprego – como o imposto de renda negativo (Friedman, 1962) – podem não ser suficientes para lidar com a magnitude da transformação causada pela IA.

O conceito de rendimento básico universal (RBU), que vem a ser discutido como uma alternativa para enfrentar a automatização em larga escala (Van Parijs & Vanderborght, 2017), representa um dilema para o pensamento liberal clássico, pois implica uma redistribuição de rendimento organizada pelo Estado, algo que Friedman rejeitava na sua forma tradicional.

2.3 Concentração de Poder Económico e o Papel das Grandes Plataformas Digitais

A IA também contribuiu para um fenómeno de concentração de poder económico sem precedentes, à medida que as grandes empresas de tecnologia acumulam dados e recursos financeiros à escala global.

Esta nova dinâmica desafia a visão de Friedman sobre mercados livres e concorrência, pois a economia digital não segue o modelo clássico de competição perfeita.

O crescimento de empresas como a Google, a Amazon, o Facebook e a Microsoft baseia-se em economias de escala extremas e efeitos de rede, tornando a entrada de novos concorrentes praticamente impossível.

Diferentemente do que Friedman argumentava sobre a eficiência do mercado, estas empresas utilizam algoritmos de IA para consolidar o seu domínio, explorando dados dos utilizadores para prever comportamentos e criar barreiras competitivas (Zuboff, 2019).

Além disso, o modelo de precificação algorítmica, onde a IA ajusta preços em tempo real com base na procura e no comportamento dos consumidores, levanta questões sobre o funcionamento dos mercados.

Num ambiente onde os algoritmos tomam decisões de precificação, a concorrência tradicional pode ser substituída por colusão algorítmica, onde sistemas automatizados, sem necessidade de comunicação direta entre empresas, ajustam preços de forma anticompetitiva (Ezrachi & Stucke, 2016).

Esta concentração de poder económico desafia diretamente a visão de Friedman de que o governo deve minimizar a sua intervenção nos mercados.

Se grandes empresas tecnológicas possuem capacidade de influenciar mercados inteiros sem regulação adequada, a ideia de um mercado livre autorregulado torna-se insustentável.

2.4 O Impacto da IA na Estabilidade Financeira e Monetária

Outra transformação fundamental da IA na economia moderna está relacionada com o sistema financeiro e a política monetária. O modelo monetarista de Friedman assume que os bancos centrais podem controlar a inflação ajustando a oferta de moeda.

No entanto, a ascensão de novas tecnologias financeiras, como criptomoedas, stablecoins e finanças descentralizadas (DeFi), desafia esse controlo.

Carstens (2021) argumenta que a digitalização do dinheiro pode reduzir a eficácia da política monetária, uma vez que os ativos digitais podem circular fora do sistema bancário tradicional, dificultando o controlo da oferta monetária por parte dos bancos centrais.

Isso contradiz a visão de Friedman de que a estabilidade económica pode ser garantida por meio do controlo rigoroso da base monetária.

Além disso, o uso de IA na gestão de investimentos e na alocação de crédito tem introduzido novos riscos sistémicos.

Algoritmos de negociação de alta frequência (HFT) podem amplificar volatilidades nos mercados financeiros, desencadeando crises como o “Flash Crash” de 2010, quando o índice Dow Jones perdeu quase 1.000 pontos em minutos devido a ordens automatizadas (Kirilenko et al., 2017).

Este fenómeno demonstra que a autorregulação dos mercados financeiros pode não ser suficiente para evitar instabilidades, desafiando a premissa liberal de Friedman de que os mercados operam melhor sem intervenção governamental.



Conclusão do Capítulo 2: Transformações Económicas na Era da Inteligência Artificial

A ascensão da inteligência artificial está a reformular profundamente a economia global, desafiando os princípios fundamentais do monetarismo e da economia de livre mercado defendidos por Milton Friedman.

A automatização tem criado um deslocamento estrutural do trabalho, a concentração de poder económico nas mãos de poucas empresas desafia a ideia de concorrência perfeita e a digitalização financeira está a tornar o controlo monetário mais complexo.

Estas transformações sugerem que a aplicação rígida das ideias de Friedman pode não ser suficiente para lidar com os desafios económicos contemporâneos.

No próximo capítulo, analisaremos se o monetarismo ainda é uma estrutura válida na era da IA e que adaptações poderiam ser necessárias para que as políticas económicas contemporâneas acompanhem essa nova realidade.



Capítulo 3: O Monetarismo Frente à Nova Realidade

A teoria monetarista de Milton Friedman baseia-se na premissa de que a estabilidade económica pode ser alcançada por meio do controlo da oferta de moeda, uma vez que a inflação é, essencialmente, um fenómeno monetário (Friedman, 1968).

No entanto, a evolução do sistema financeiro global, impulsionada pela ascensão da inteligência artificial (IA) e das novas tecnologias digitais, trouxe desafios inéditos a esta visão.

O crescimento das criptomoedas, das fintechs, das plataformas descentralizadas e das novas dinâmicas do mercado de trabalho tornam a relação entre a oferta monetária e a atividade económica mais complexa do que a formulação original de Friedman previa.

Este capítulo examina as dificuldades enfrentadas pelo monetarismo na atualidade, avaliando se as suas premissas ainda se sustentam ou se necessitam de adaptações diante da nova realidade económica.



3.1 A Instabilidade da Velocidade do Dinheiro e a Efetividade da Política Monetária

O monetarismo tradicional parte do pressuposto de que a velocidade da moeda (na equação da troca) é relativamente estável no longo prazo.

Essa suposição permite que os bancos centrais utilizem a oferta monetária como um instrumento previsível para controlar a inflação e o crescimento económico.

No entanto, a digitalização dos meios de pagamento e o crescimento das fintechs têm alterado significativamente a dinâmica da circulação do dinheiro.

Os pagamentos eletrónicos instantâneos, a crescente adoção de moedas digitais e a desintermediação financeira promovida por novas tecnologias tornaram a velocidade do dinheiro mais volátil e imprevisível (Carstens, 2021).

Tal significa que mesmo um aumento na base monetária pode não gerar os efeitos inflacionários previstos por Friedman, pois os agentes económicos podem simplesmente reter liquidez em ativos digitais ou descentralizados, reduzindo a circulação do dinheiro na economia real.

Além disso, após a crise financeira de 2008, os bancos centrais expandiram significativamente a base monetária por meio de programas de afrouxamento quantitativo (QE – Quantitative Easing), sem que isso tenha gerado a inflação esperada pelo monetarismo.

Esta anomalia foi explicada por Bernanke (2020) como uma consequência da armadilha da liquidez, na qual os bancos preferem manter reservas excessivas em vez de expandir o crédito para a economia real.

Esta nova dinâmica sugere que a relação direta entre oferta de moeda e inflação pode não ser tão linear como Friedman sugeriu.

3.2 Criptomoedas, Finanças Descentralizadas e o Enfraquecimento do Controle Monetário

Outro grande desafio ao monetarismo na era digital é o crescimento das criptomoedas e das finanças descentralizadas (DeFi – Decentralized Finance).

No modelo tradicional de Friedman, o banco central controla a oferta de moeda ajustando a base monetária e a taxa de juros, influenciando diretamente a inflação e o crescimento econômico.

No entanto, a ascensão das criptomoedas, como o Bitcoin e as stablecoins, desafia esse controlo ao permitir que transações financeiras ocorram fora do sistema bancário tradicional.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS) alerta que as criptomoedas podem reduzir a eficácia da política monetária ao criarem um sistema financeiro paralelo, no qual os bancos centrais não possuem controlo sobre a criação de liquidez (Carstens, 2021).

Isso significa que mudanças na oferta de moeda tradicional podem ter um impacto menor na economia real, pois os agentes podem simplesmente migrar os seus ativos para sistemas descentralizados que não respondem às políticas convencionais.

Além disso, o crescimento das stablecoins – criptomoedas lastreadas em moedas fiduciárias – tem levado a uma fragmentação do sistema monetário, onde diferentes formas de dinheiro competem entre si.

Esta fragmentação pode enfraquecer a relação entre a política monetária dos bancos centrais e a atividade económica, tornando obsoletas as estratégias monetaristas baseadas na manipulação da oferta de moeda.

3.3 A IA e a Precificação Algorítmica: Um Novo Desafio à Teoria Quantitativa do Dinheiro

A teoria quantitativa do dinheiro de Friedman pressupõe que a inflação ocorre quando a oferta monetária cresce mais rapidamente do que o produto real da economia.

No entanto, a introdução de sistemas de precificação algorítmica baseados em IA está a alterar profundamente a dinâmica da formação de preços nos mercados.

Empresas como a Amazon, a Uber e plataformas de comércio eletrónico utilizam inteligência artificial para ajustar preços em tempo real, com base na procura, concorrência e padrões de consumo.

Este fenómeno pode criar cenários inflacionários ou deflacionários independentes da política monetária tradicional.

Por exemplo:

1. Se algoritmos de precificação percebem um aumento da procura em determinados produtos, podem elevar automaticamente os preços, amplificando pressões inflacionárias de forma descentralizada e autónoma (Ezrachi & Stucke, 2016);

2. Em contrapartida, se houver uma tendência de desaceleração económica, os algoritmos podem reduzir os preços agressivamente, gerando ciclos deflacionários que dificultam a recuperação económica.

Isto significa que a inflação pode não estar mais exclusivamente atrelada à expansão da oferta monetária, mas sim à forma como algoritmos de IA determinam preços com base em dados de mercado.

Esta nova realidade questiona a eficácia das políticas monetárias baseadas no controlo da base monetária, pois os mecanismos de formação de preços tornaram-se mais complexos e menos previsíveis.

3.4 O Crescimento dos Monopólios Digitais e a Questão da Concorrência

Friedman argumentava que a inflação é causada por políticas monetárias expansionistas e não por fatores estruturais de mercado.

No entanto, a concentração de poder económico nas mãos de gigantes tecnológicos sugere que a dinâmica inflacionária pode ser afetada por estruturas de mercado monopolistas.

Empresas como a Google, a Amazon e a Apple controlam mercados inteiros e podem impor políticas de preços que afetam diretamente o custo de bens e serviços sem que a oferta monetária tenha um papel determinante (Zuboff, 2019), o que significa que choques inflacionários podem ser impulsionados não só pelo excesso de moeda na economia, mas também pelo poder de precificação destas corporações.

Esta realidade desafia a visão monetarista tradicional, pois sugere que a inflação pode ser gerada por estruturas de mercado anticompetitivas, e não só por uma expansão da base monetária.

Assim, políticas de regulação da concorrência podem tornar-se tão ou mais relevantes do que o controlo da oferta de moeda para garantir a estabilidade dos preços.



3.5 Alternativas ao Monetarismo na Era da IA

Diante destes desafios, torna-se evidente que o monetarismo tradicional precisa de ser reformulado para se adaptar à nova realidade económica.

Algumas possíveis direções incluem:

1. Adoção de Moedas Digitais de Banco Central (CBDCs):

Muitos economistas argumentam que a criação de moedas digitais estatais poderia restaurar parte do controlo monetário perdido com o crescimento das criptomoedas, permitindo que os bancos centrais tenham maior influência sobre a liquidez da economia (Bordo & Levin, 2017);

2. Regulação dos Mercados Digitais: Dado que a IA tem impactado diretamente a formação de preços e a dinâmica inflacionária, a regulação de algoritmos de precificação e das plataformas monopolistas pode tornar-se um novo instrumento de política económica;

3. Modelos Alternativos de Estímulo à Economia: A teoria monetarista baseia-se no controlo da oferta de moeda, mas algumas novas abordagens sugerem o uso direto da política fiscal, como a Teoria Monetária Moderna (MMT), que propõe um papel mais ativo do governo na emissão de moeda e no financiamento do crescimento económico (Kelton, 2020).

Conclusão do Capítulo 3: O Monetarismo Frente à Nova Realidade

O monetarismo de Friedman foi uma das teorias mais influentes da economia do século XX, mas enfrenta desafios consideráveis diante das transformações trazidas pela inteligência artificial e pela digitalização financeira.

A instabilidade da velocidade do dinheiro, o crescimento das criptomoedas, a influência dos algoritmos de precificação e a concentração do poder económico tornaram a relação entre oferta monetária e inflação muito mais complexa.

Embora os princípios do monetarismo ainda sejam úteis, novas abordagens económicas precisam de ser desenvolvidas para lidar com a realidade da era digital.

No próximo capítulo, exploraremos as implicações destas mudanças para o futuro das políticas económicas e as possíveis respostas dos governos e bancos centrais a estes desafios emergentes.



Capítulo 4: Livre Mercado e IA – Harmonia ou Contradição?

A inteligência artificial (IA) emergiu como um dos principais motores da transformação económica contemporânea, alterando a forma como os mercados funcionam e desafiando conceitos fundamentais do liberalismo económico.

Milton Friedman foi um dos maiores defensores da economia de livre mercado, argumentando que a minimização da intervenção estatal e a maximização da concorrência levariam a um equilíbrio económico eficiente e a um aumento do bem-estar social (Friedman, 1962).

No entanto, a ascensão da IA levanta questões fundamentais sobre se esse ideal de livre mercado ainda pode ser sustentado na era digital ou se novas formas de regulação são necessárias para corrigir falhas estruturais.

Este capítulo examina a relação entre IA e livre mercado sob quatro dimensões principais: (i) a natureza da concorrência em mercados dominados por IA, (ii) o impacto da IA sobre a teoria das falhas de mercado, (iii) a centralização de poder económico em plataformas digitais e (iv) o papel do Estado na regulação da IA.

No final, discutiremos se o livre mercado e a IA são forças complementares ou se, ao contrário, a revolução digital impõe desafios que exigem adaptações na teoria liberal clássica.

4.1 O Livre Mercado e a Concorrência no Contexto da IA

A teoria económica tradicional argumenta que mercados competitivos maximizam a eficiência e incentivam a inovação.

Friedman (1962) defendia que a ausência de barreiras à entrada e a livre atuação dos agentes garantiriam um equilíbrio económico benéfico para a sociedade.

No entanto, a IA tem alterado a lógica da concorrência ao criar mercados onde os ganhos de eficiência se traduzem em vantagens desproporcionais para poucas empresas, levando a estruturas de monopólio ou oligopólio digital.

A IA permite que grandes corporações acumulem vantagens competitivas exponenciais por meio de aprendizagem de máquina e big data.

Empresas que dominam grandes volumes de dados conseguem criar algoritmos mais eficientes, resultando num efeito cumulativo, onde os líderes de mercado se tornam ainda mais dominantes.

Este fenómeno já foi descrito por Shoshana Zuboff (2019) como um “capitalismo de vigilância”, no qual empresas que controlam a informação obtêm poder de mercado insuperável.

Este cenário contraria a ideia de Friedman de que a concorrência livre e não regulada sempre levaria ao equilíbrio.

Em mercados tradicionais, novas empresas poderiam desafiar incumbentes com inovação e eficiência.

No entanto, no contexto da IA, novos entrantes enfrentam dificuldades consideráveis, pois os monopólios digitais já possuem dados, infraestrutura computacional e poder financeiro que lhes garantem uma vantagem estrutural.

Esta nova configuração do mercado sugere que a IA pode gerar um paradoxo no liberalismo económico: ao mesmo tempo que promove eficiência e inovação, ela também reduz a concorrência ao concentrar o poder económico em poucas corporações.

Isto desafia diretamente a premissa fundamental do livre mercado de que a descentralização dos agentes económicos garante um ambiente equilibrado.

4.2 A IA e as Falhas de Mercado – Um Novo Paradigma?

Milton Friedman argumentava que o livre mercado era o melhor mecanismo para alocação eficiente de recursos e que falhas de mercado deveriam ser corrigidas com o mínimo possível de intervenção estatal.

No entanto, a IA criou novas formas de falhas de mercado que não existiam na época em que Friedman formulou suas teses.

4.2.1 Externalidades Algorítmicas e o Poder dos Dados

As externalidades económicas ocorrem quando os efeitos de uma transação impactam terceiros que não estão diretamente envolvidos nela.

A IA introduziu um novo tipo de externalidade: as externalidades algorítmicas.

Por exemplo, algoritmos de IA podem influenciar o comportamento dos consumidores por meio de recomendações personalizadas, manipulando preferências e decisões de compra (Ezrachi & Stucke, 2016).

Isto gera um cenário onde mercados não só respondem à oferta e procura tradicionais, mas são ativamente moldados por sistemas automatizados, distorcendo os sinais naturais do mercado.

Além disso, a recolha massiva de dados pelas grandes empresas cria uma assimetria de informação extrema.

Friedman argumentava que mercados eficientes exigem que todos os agentes tenham acesso equitativo à informação para tomar decisões racionais (Friedman & Schwartz, 1963).

No entanto, na era da IA, as grandes plataformas controlam informações estratégicas, reduzindo a transparência e favorecendo os seus próprios interesses comerciais, em detrimento da livre concorrência.

4.2.2 IA e Colusão Algorítmica

Outra falha de mercado gerada pela IA é a colusão algorítmica, um fenómeno em que sistemas automatizados de precificação ajustam valores sem necessidade de comunicação explícita entre empresas.

Diferentemente da concorrência tradicional, onde as empresas competem por preços mais baixos, os algoritmos podem aprender a coordenar aumentos de preços sem intervenção humana, resultando num mercado menos competitivo e prejudicando os consumidores (Calvano et al., 2020).

Isso desafia diretamente a crença de Friedman de que os mercados funcionam melhor sem regulação.

Se os próprios algoritmos aprendem a evitar a concorrência, então o modelo clássico de livre mercado pode tornar-se inviável sem um novo arcabouço regulatório.



4.3 A Concentração de Poder e o Dilema do Livre Mercado Digital

Uma das principais contradições do livre mercado na era da IA é a crescente concentração de poder económico em grandes plataformas digitais.

O modelo tradicional de livre mercado assume que, em um ambiente competitivo, nenhuma empresa pode manter poder excessivo por muito tempo, pois a concorrência forçaria um equilíbrio.

No entanto, as empresas de tecnologia operam sob uma lógica diferente.

Como argumenta Varian (2018), as plataformas digitais tornam-se mais valiosas à medida que crescem, criando barreiras de entrada quase intransponíveis para novos concorrentes.

Isso resulta num cenário onde o mercado não se autorregula, mas sim se consolida em oligopólios globais, como ocorre com a Google, a Amazon, o Facebook e a Microsoft.

Este fenómeno levanta a seguinte questão: o livre mercado na era da IA realmente fomenta a concorrência ou apenas fortalece monopólios?

Se a IA inevitavelmente conduz à concentração de poder, então o princípio da “não intervenção” estatal defendido por Friedman pode não ser suficiente para garantir mercados justos e eficientes.

4.4 O Papel do Estado na Regulação da IA

Diante dos desafios apresentados, a questão central que se impõe é: o livre mercado pode continuar a funcionar sem intervenção estatal na era da IA?

Embora Friedman tenha defendido a mínima regulação possível, a realidade digital sugere que alguns tipos de intervenção podem ser necessários para preservar a concorrência e evitar abusos.

Algumas possíveis medidas incluem:

- **Regulação da posse de dados:** Estabelecer regras que impeçam a concentração excessiva de dados por poucas empresas pode reduzir a assimetria informacional e fomentar a concorrência;
- **Transparência algorítmica:** Obrigar empresas a divulgar critérios de precificação e tomada de decisão algorítmica pode reduzir a manipulação de mercado;
- **Quebra de monopólios digitais:** Alguns economistas argumentam que as plataformas dominantes deveriam ser separadas em unidades menores, como ocorreu com a AT&T nos anos 1980 (Wu, 2018).

Estas intervenções desafiam a visão de Friedman, mas podem ser necessárias para manter os princípios do livre mercado na era da IA.

Conclusão do Capítulo 4: Livre Mercado e IA – Harmonia ou Contradição?

A relação entre IA e livre mercado é paradoxal.

Por um lado, a IA promove eficiência e inovação, potencialmente criando um mercado mais dinâmico.

Por outro, a sua lógica operacional tende a gerar monopólios, falhas de mercado inéditas e novas formas de colusão.

Isto levanta a questão: será que o livre mercado, sem regulação, pode realmente garantir uma economia equilibrada na era digital?

Embora os princípios fundamentais do liberalismo económico ainda sejam relevantes, os desafios impostos pela IA sugerem que a ausência total de regulação pode levar a distorções que Friedman não previu.

Assim, é possível que a defesa do livre mercado na era digital não se deva focar apenas na não intervenção do Estado, mas sim na criação de mecanismos que garantam uma concorrência justa e aberta.

No próximo capítulo, analisaremos as implicações destas transformações para o futuro das políticas económicas globais e possíveis caminhos para harmonizar a IA e o livre mercado.

Capítulo 5: Implicações Políticas e Económicas das Novas Dinâmicas de Mercado

A ascensão da inteligência artificial (IA) e a transformação dos mercados digitais impuseram desafios profundos à organização económica e política das sociedades contemporâneas.

A conceção clássica de Milton Friedman sobre mercados autorregulados, minimização da intervenção estatal e primazia da liberdade económica é testada num cenário onde os algoritmos moldam as decisões económicas, grandes corporações acumulam poder sem precedentes e novas formas de desigualdade emergem.

Este capítulo analisa as implicações políticas e económicas destas novas dinâmicas, abordando (i) o impacto sobre o papel do Estado e da regulação, (ii) as mudanças nas relações de trabalho e a desigualdade de rendimento, (iii) a transformação do sistema financeiro e monetário, e (iv) as possíveis respostas das políticas económicas à realidade digital.



5.1 O Papel do Estado: Do Não-Intervencionismo à Nova Regulação Digital

Milton Friedman defendia que a principal função do Estado na economia deveria ser garantir o respeito pelas regras do jogo e evitar distorções de mercado (Friedman, 1962).

No entanto, a ascensão das plataformas digitais e da IA criou um dilema: a não intervenção pode levar à consolidação de monopólios e desigualdades extremas, enquanto a regulação excessiva pode sufocar a inovação e a eficiência dos mercados.

Os desafios impostos pela economia digital sugerem a necessidade de um novo modelo de regulação, que difere tanto do laissez-faire absoluto quanto das formas tradicionais de intervenção estatal.



Algumas tendências emergentes incluem:

1. Regulação de Algoritmos e IA: Estados estão começando a impor requisitos de transparência e auditoria em algoritmos de decisão económica para evitar vieses, manipulação de mercado e práticas anticompetitivas (OECD, 2022);

2. Controlo sobre as Plataformas Digitais: Grandes empresas de tecnologia, como a Google, a Amazon e a Meta, enfrentam crescente escrutínio antitruste em diversos países, com propostas de desmembramento e limitação do uso de dados pessoais (Wu, 2018);

3. Tributação Digital: O modelo fiscal clássico, baseado em impostos sobre a produção e o consumo físico, está a ser desafiado pelo crescimento de bens e serviços digitais, exigindo novas formas de tributação, como a proposta da OCDE para um imposto global sobre multinacionais digitais.

Esta reconfiguração do papel do Estado sugere que, ao contrário da visão de Friedman, a regulação pode não ser sempre um entrave ao livre mercado, mas sim um mecanismo necessário para corrigir novas assimetrias de informação e concentração de poder na era digital.

5.2 Transformação do Mercado de Trabalho e Aprofundamento da Desigualdade

Friedman argumentava que a economia de mercado promove crescimento e inovação, beneficiando a sociedade como um todo ao criar novas oportunidades de emprego (Friedman & Friedman, 1980).

No entanto, a automatização impulsionada pela IA tem colocado esta premissa sob escrutínio, pois muitos setores da economia experimentam um deslocamento estrutural do trabalho humano.

5.2.1 Desemprego Tecnológico e a Polarização do Trabalho

Pesquisas recentes indicam que a IA está a substituir empregos predominantemente rotineiros e de média qualificação, como funções administrativas, atendimento ao cliente e tarefas industriais repetitivas (Acemoglu & Restrepo, 2020).

Isto gera um fenómeno de polarização do mercado de trabalho, onde os empregos altamente qualificados (engenheiros de IA, cientistas de dados) se tornam mais valiosos, enquanto empregos de baixa qualificação (trabalho manual e serviços básicos) permanecem, mas com baixa remuneração.

Este cenário desafia a visão tradicional de Friedman de que o livre mercado naturalmente ajusta a alocação de trabalho de forma eficiente.

Na prática, sem políticas de requalificação e adaptação, um contingente significativo da população pode enfrentar dificuldades em encontrar ocupações produtivas, exacerbando desigualdades.

5.2.2 Trabalho Digital e o Enfraquecimento das Proteções Laborais

Outra consequência do avanço da IA é a ascensão do trabalho digital e da chamada gig economy, que oferece flexibilidade, mas reduz a segurança dos trabalhadores.

Plataformas como a Uber, a DoorDash e a Amazon Mechanical Turk utilizam algoritmos para coordenar trabalhadores como fornecedores independentes, sem oferecer benefícios tradicionais como seguro social e estabilidade de emprego (Zuboff, 2019).

Se, para Friedman, a liberdade económica inclui o direito dos indivíduos de escolher onde e como trabalhar, o modelo atual da gig economy impõe uma questão fundamental: a liberdade contratual entre um trabalhador isolado e um algoritmo é de fato uma negociação justa?

A assimetria de poder entre grandes plataformas e trabalhadores sugere que novas políticas de proteção podem ser necessárias.

5.3 A Transformação do Sistema Monetário e Financeiro

Outro impacto estrutural da nova economia digital recai sobre o sistema financeiro e monetário, desafiando as concepções monetaristas de Friedman.

Como discutido no Capítulo 3, o crescimento das criptomoedas, stablecoins e fintechs alterou a capacidade dos bancos centrais de controlar a oferta de moeda e influenciar a política monetária. Algumas das principais implicações incluem:

- **Dolarização Digital e a Perda de Soberania Monetária:** Stablecoins lastreadas no dólar podem reduzir o controlo dos governos sobre as suas próprias moedas, tornando a política monetária tradicional menos eficaz (Bordo & Levin, 2017);
- **Desintermediação Bancária:** Fintechs e criptomoedas criam um sistema paralelo ao tradicional, dificultando a supervisão financeira e aumentando os riscos sistémicos em momentos de crise;
- **Adoção de Moedas Digitais Estatais (CBDCs):** Como resposta, diversos países estão a explorar a criação de moedas digitais de banco central, que podem redefinir a intermediação financeira e permitir maior controlo estatal sobre transações económicas.

Estas mudanças mostram que a teoria monetarista tradicional precisa de ser revista à luz da digitalização financeira, pois o conceito clássico de controlo da oferta monetária para estabilizar a inflação pode não ser mais suficiente num mundo onde a liquidez se move de forma descentralizada.

5.4 Respostas Políticas e Alternativas ao Modelo Tradicional

Diante destas transformações, diferentes abordagens políticas estão a ser debatidas para equilibrar a eficiência económica, liberdade de mercado e justiça social.

Algumas propostas incluem:

- **Rendimento Básico Universal (RBU):** Defendida por economistas como Atkinson (2015) e Yang (2018), a RBU seria uma forma de compensar o desemprego tecnológico, garantindo um nível mínimo de segurança financeira num mundo onde os empregos tradicionais podem ser cada vez mais escassos;
- **Regulação Proativa de Plataformas Digitais:** Inspiradas no modelo europeu, leis como a Lei de Mercados Digitais (DMA) da União Europeia procuram limitar o poder monopolista das big techs e garantir maior equidade no acesso aos mercados digitais;

- **Políticas de Requalificação Tecnológica:** Governos e instituições privadas têm investido cada vez mais em programas de requalificação profissional para adaptar trabalhadores às novas exigências da economia digital, mitigando os efeitos do desemprego tecnológico.

Cada uma dessas políticas representa um desafio ao modelo clássico de Friedman, que priorizava a minimização da intervenção estatal.

No entanto, ignorar estas mudanças pode levar a desequilíbrios severos, tornando necessário um novo equilíbrio entre mercado e regulação.

Conclusão do Capítulo 5: Implicações Políticas e Económicas das Novas Dinâmicas de Mercado

A inteligência artificial e a digitalização dos mercados desafiaram as premissas do livre mercado, do monetarismo e da mínima intervenção estatal, pilares do pensamento de Milton Friedman.

O crescimento dos monopólios digitais, as novas formas de desigualdade e a transformação do sistema financeiro indicam que o modelo económico tradicional pode precisar de ajustes para garantir estabilidade e inclusão na era digital.

O próximo capítulo explorará as conclusões gerais do ensaio, avaliando até que ponto as ideias de Friedman continuam válidas e que adaptações são necessárias para harmonizar o seu legado com os desafios da economia digital do século XXI.

Conclusão

A obra de Milton Friedman representou um marco no pensamento económico do século XX, consolidando a defesa do livre mercado, da mínima intervenção estatal e do monetarismo como pilares fundamentais para o crescimento e a estabilidade económica.

No entanto, as transformações impulsionadas pela inteligência artificial (IA) e pela digitalização da economia colocam desafios inéditos a estas teses, exigindo uma reavaliação crítica dos seus pressupostos.

Ao longo deste ensaio, examinamos os fundamentos do pensamento de Friedman, as mudanças estruturais provocadas pela IA e os impactos destas novas dinâmicas sobre o monetarismo e a livre concorrência.

Identificámos que, embora muitos dos princípios friedmanianos continuem relevantes, a economia digital desafia a crença na autorregulação dos mercados, na eficiência espontânea da concorrência e no controlo tradicional da oferta monetária.

Nesta conclusão, sintetizaremos os principais achados do ensaio e discutiremos possíveis caminhos para integrar o legado de Friedman nas novas realidades económicas.

Reafirmação e Limites do Pensamento de Friedman

A Persistência dos Princípios do Livre Mercado

Apesar dos desafios impostos pela IA, muitos dos argumentos centrais de Friedman permanecem válidos.

A inovação tecnológica continua a ser um motor fundamental do crescimento económico, e mercados competitivos ainda são mais eficientes do que sistemas centralizados na alocação de recursos (Friedman, 1962).

O dinamismo do setor digital, caracterizado pelo surgimento de novas startups, novos modelos de negócio e novas formas de acesso à informação, exemplifica a força da inovação impulsionada pela competição.

Além disso, a descentralização proporcionada por algumas tecnologias, como blockchain e criptomoedas, pode ser vista como uma reafirmação da visão de Friedman sobre a importância de restringir o controlo estatal sobre a moeda e os mercados financeiros (Friedman & Schwartz, 1963).

Num cenário onde a confiança nas moedas tradicionais é frequentemente questionada, os sistemas descentralizados oferecem uma alternativa alinhada com a lógica da liberdade económica e a redução da interferência governamental.

As Falhas do Livre Mercado no Contexto Digital

No entanto, este ensaio demonstrou que as premissas do liberalismo clássico não são suficientes para lidar com os desafios da IA e da economia digital.

O crescimento de monopólios digitais, impulsionado pelo poder dos algoritmos e pela acumulação de dados, revela que os mercados não necessariamente se autorregulam.

Pelo contrário, a tendência observada em setores como o de tecnologia e comércio eletrónico é a concentração de poder num pequeno número de grandes corporações (Zuboff, 2019).

A IA introduziu novas formas de falhas de mercado, como a colusão algorítmica e as externalidades informacionais, que desafiam a ideia de que a livre concorrência por si só leva a resultados eficientes.

O modelo tradicional assume que agentes racionais competem em pé de igualdade, mas, no ambiente digital, as assimetrias de informação e o controlo sobre os dados criam vantagens desproporcionais para incumbentes, dificultando a entrada de novos concorrentes (Ezrachi & Stucke, 2016).

O monetarismo de Friedman também enfrenta dificuldades num cenário onde a oferta monetária se torna cada vez mais fragmentada e descentralizada.

O crescimento de ativos digitais, sistemas de pagamento alternativos e a erosão do controlo dos bancos centrais sobre a liquidez global indicam que as ferramentas tradicionais da política monetária podem precisar de ser reformuladas para acompanhar esta nova realidade (Bordo & Levin, 2017).

Novos Caminhos para a Economia Digital

Diante destas constatações, surge a necessidade de uma atualização do pensamento liberal clássico para acomodar as transformações da era digital.

Três direções principais podem ser exploradas:

Um Liberalismo Regulador

A ideia de que o Estado deve ser mínimo precisa ser complementada com a noção de que a regulação inteligente pode ser um mecanismo essencial para preservar a concorrência.

Em vez de uma oposição binária entre mercado e Estado, é necessário um modelo onde a regulação atue para impedir monopólios, garantir transparência nos algoritmos e proteger a privacidade dos dados, sem sufocar a inovação.

A Lei de Mercados Digitais da União Europeia (DMA) e as propostas de regulação de IA da OCDE indicam que novos arcabouços regulatórios estão a ser desenvolvidos para lidar com os desafios da economia digital, sem necessariamente comprometer a lógica de mercado.

Estas abordagens sugerem que, longe de ser uma contradição, um nível moderado de regulação pode ser essencial para preservar a competição e garantir que a economia digital continue a funcionar de forma eficiente.

Reformulação das Políticas Monetárias

A digitalização da economia exige uma revisão das ferramentas tradicionais de política monetária.

O controlo da inflação e da oferta de moeda, pilares do monetarismo, precisa levar em conta a influência crescente de criptomoedas, stablecoins e fintechs na liquidez global.

Bancos centrais de diversos países já estudam a adoção de moedas digitais de banco central (CBDCs), que podem representar uma nova forma de controlo monetário sem necessariamente contrariar os princípios do livre mercado.

Esta inovação pode permitir que governos preservem a estabilidade económica sem recorrer a formas de intervenção excessivas.



Adaptação do Mercado de Trabalho

O impacto da IA sobre o emprego sugere que a ideia de que o mercado sempre absorverá trabalhadores deslocados pode não se sustentar sem políticas ativas de adaptação.

A automatização de funções antes desempenhadas por humanos exige requalificação profissional em larga escala, algo que os mercados privados podem não fornecer de forma eficiente.

Propostas como o rendimento básico universal (RBU) ou sistemas de seguro-desemprego mais dinâmicos estão a ser discutidas como alternativas para mitigar os efeitos do desemprego tecnológico.

Embora Friedman tenha criticado o assistencialismo estatal, argumentando que ele distorcia incentivos e reduzia a eficiência do mercado (Friedman & Friedman, 1980), a economia digital apresenta desafios que podem exigir um novo equilíbrio entre proteção social e liberdade económica.



Conclusão Final: A Síntese entre Liberalismo e Realidade Digital

O pensamento de Milton Friedman continua a ser uma referência fundamental para entender a lógica dos mercados e a importância da liberdade económica.

No entanto, os desafios impostos pela inteligência artificial e pela digitalização da economia demonstram que as suas ideias precisam de ser adaptadas para um contexto onde a concentração de poder e as novas falhas de mercado exigem ajustes nas regras do jogo económico.

A falsa dicotomia entre livre mercado e regulação precisa ser superada.

O futuro da economia digital dependerá de se encontrar um equilíbrio entre inovação e controlo, garantindo que os benefícios da IA sejam amplamente distribuídos e que a liberdade económica continue a ser um motor de crescimento e desenvolvimento.

A tese central deste ensaio, portanto, não é a negação do legado de Friedman, mas sim a necessidade da sua evolução para um novo paradigma: um capitalismo digital onde os princípios do mercado continuem fundamentais, mas onde a regulação inteligente e as políticas de adaptação desempenhem um papel complementar na garantia da equidade e da eficiência económica.

Com isto, não se trata de rejeitar o pensamento friedmaniano, mas de reinterpretá-lo para um mundo onde a IA, os algoritmos e a economia digital reconfiguram as bases do próprio sistema de mercado.

O desafio do século XXI será construir esta síntese – um mercado livre, mas não descontrolado; competitivo, mas não predatório; inovador, mas acessível a todos.



Pensamento de Milton Friedman na Era da IA

